

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2016
(Do Sr. Arthur Virgílio Bisneto)

Solicita do Sr. Ministro de Estado de
Minas e Energia, informações quanto ao
risco para escoamento de energia.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao risco no sistema de escoamento de energia em caso de um novo fracasso dos leilões de linhas de transmissão.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com reportagem do jornal *Valor*¹, publicada no último dia 23 de fevereiro, **a capacidade de escoamento de energia no país pode ficar seriamente comprometida em caso de um novo fracasso dos leilões de linhas de transmissão em 2016**. O alerta foi feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta riscos de gargalos no setor elétrico se não aparecerem interessados em pelo menos oito dos 26 lotes que o governo pretende licitar nos próximos meses. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá aprovar hoje, em reunião de diretoria colegiada, os editais de licitação.

Dia 17 de fevereiro, o Tribunal de Contas determinou uma série de ajustes, como o aumento das taxas de retorno para os investidores que vão construir cerca de 12 mil quilômetros de novas linhas. Quatro importantes restrições para o funcionamento adequado do sistema interligado nacional são apontadas pela área técnica do TCU como riscos advindos de um novo "vazio" nos leilões. Parte dos empreendimentos já foi oferecida ao mercado no ano passado, mas não atraiu interessados.

Um dos principais problemas envolve a distribuição de energia que será produzida pela hidrelétrica de Teles Pires, em Mato Grosso. Desta vez, o que está em jogo não é a primeira conexão da usina ao sistema interligado, mas sua chegada aos grandes centros consumidores. O mesmo entrave pode acometer o fluxo da energia gerada pela usina de Belo Monte. Apesar da existência de grandes "linhões" para carregar os megawatts produzidos pelos dois megaprojetos, o TCU identificou a insuficiência de redes secundárias para levar essa energia para algumas regiões consumidoras.

¹ Vide, por exemplo, na Internet a notícia disponível no endereço:
<http://www.valor.com.br/brasil/4449656/tcu-ve-risco-para-escoamento-de-energia>, consultada em 23/02/2016.

Um exemplo da baixa eficiência do sistema: a interligação entre as regiões Sul e Sudeste precisa de um reforço até outubro de 2017. Sem essa obra, que faz parte do Lote T do pacote de linhas de transmissão em análise pela Aneel, pode haver restrição de 3 mil megawatts na disponibilidade de energia que pode ser trocada entre as duas regiões. Essa situação impediria que o Sul, mesmo com reservatórios das hidrelétricas cheios, possa enviar suas sobras de energia para o Sudeste.

Outros quatro lotes de linhas (A, B, C e G) trazem prejuízos para o intercâmbio energético entre as regiões Nordeste e Sudeste se atrasarem. A ausência delas poderá limitar a transferência de megawatts de usinas eólicas que já foram contratadas. *"Por se tratar de um número muito grande de empreendimentos, nas várias regiões do país, possíveis atrasos de cronograma trarão danos regionalizados ou gerais para todo o SIN [sistema interligado]"*, diz o relatório aprovado pelo TCU.

Frente a essas informações publicadas pela imprensa, vimos, portanto, por meio do presente pedido, encarecer ao Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia que envie, no mais breve prazo possível, as seguintes informações:

- O risco apontado pelo TCU é procedente? A capacidade de escoamento de energia no país pode ficar comprometida?
- O que pode ser feito para os riscos serem atenuados?

Sala das Sessões, em 23 de fevereiro de 2016.

Deputado **ARTHUR VIRGÍLIO BISNETO**
PSDB - AM